

STJ00118704

Humberto Theodoro Júnior  
Érico Andrade

# AUTOTUTELA EXECUTIVA

EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL  
POSITIVADA



- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 16.08.2023
- Os Autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
Copyright © 2024 by  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

T355a

Theodoro Júnior, Humberto  
Autotutela executiva : execução extrajudicial positivada / Humberto Theodoro Júnior, Érico Andrade. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Forense, 2024.  
176 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5964-886-3

1. Autotutela executiva - Brasil. 2. Execuções (Direito) - Brasil. 3. Dívidas - Renegociação - Brasil. 4. Devedores e credores - Brasil. I. Andrade, Érico. II. Título.

23-85609

CDU: 34:(336.2:330.567.22)(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

## SUMÁRIO

<b>Capítulo 1 – A AUTONOMIA PRIVADA E SUA INCIDÊNCIA NA VIDA DAS OBRIGAÇÕES.....</b>	<b>5</b>
1.1. A autonomia privada: linhas gerais .....	5
1.2. As diversas fases da vida das obrigações e o impacto da autonomia privada.....	10
1.3. Conclusões parciais .....	13
<b>Capítulo 2 DA VEDAÇÃO AO PACTO COMISSÓRIO À LICITUDE DO PACTO MARCIANO: CENÁRIOS DE DIREITO COMPARADO.....</b>	<b>17</b>
2.1. O pacto comissório e o pacto marciano no direito comparado: do direito romano às codificações modernas.....	17
2.2. A diretiva europeia de 2002 e seu acolhimento pelo direito italiano .....	21
2.3. A reforma do direito francês das garantias.....	24
2.4. Atualização jurisprudencial mais recente na Itália em torno do pacto comissório e do pacto marciano .....	31
2.5. O cenário atual do direito italiano com as atualizações legislativas de 2015 e 2016: a admissão legislativa do pacto marciano na legislação bancária .....	37
2.5.1. O pacto marciano do novo art. 48-bis T.U.B. para garantia de financiamento a empresas.....	41
2.5.2. O pacto marciano do novo art. 120-quinquiesdecies T.U.B. para garantia de financiamento ao consumidor .....	45
2.5.3. O pacto marciano no novo penhor “não possessório” .....	48
2.6. Cenários atuais da vedação do pacto comissório × licitude estrutural e funcional do pacto marciano no direito comparado .....	51
2.7. Conclusões parciais .....	66
<b>Capítulo 3 – O PACTO COMISSÓRIO E O PACTO MARCIANO NO DIREITO BRASILEIRO.....</b>	<b>73</b>
3.1. Introdução .....	73
3.2. Breve apanhado histórico de mecanismos que permitiam ao credor a autossatisfação do crédito no direito brasileiro.....	73

## X AUTOTUTELA EXECUTIVA – Humberto Theodoro Júnior e Érico Andrade

3.3. A legislação especial de alienação fiduciária e os mecanismos de tipo marciano para autossatisfação do crédito pelo credor .....	75
3.4. Mecanismos atuais de autossatisfação do crédito no Código Civil de 2002 ..	80
3.5. O pacto comissório e o pacto marciano no direito brasileiro atual.....	81
3.6. Correção dos excessos do pacto comissório por obra do pacto marciano .....	84
3.7. A presença do pacto marciano na jurisprudência brasileira.....	87
3.8. Presença da sistemática marciana dentro do procedimento judicial da execução.....	90
3.9. Acolhida do pacto marciano pela doutrina, em nome da atual valorização da autonomia privada .....	90
3.10. Conclusões parciais .....	93
<b>Capítulo 4 – A AUTOTUTELA EXECUTIVA NO DIREITO COMPARADO E NO DIREITO BRASILEIRO .....</b>	<b>97</b>
4.1. Contextualização da “desjudicialização” no âmbito do direito brasileiro .....	97
4.2. O negócio processual e outras formas de atuação da autonomia privada para tutela dos direitos.....	101
4.2.1. O negócio processual no direito brasileiro .....	101
4.2.2. A autossatisfação executiva e o pactum de <i>non exequendo</i> .....	103
4.2.3. Legitimidade da criação negocial de procedimentos executivos especiais judiciais ou extrajudiciais .....	104
4.2.4. A perícia contratual do direito italiano.....	105
4.2.5. A perícia contratual e os negócios processuais no direito brasileiro ....	106
4.3. A autotutela executiva nos direitos italiano e brasileiro .....	107
4.3.1. A autotutela executiva na atualidade .....	110
4.3.2. A autotutela moderna e a repulsa à autotutela primitiva baseada na força do próprio credor.....	114
4.3.3. O papel importante do pacto marciano na moderna autotutela executiva .....	116
4.3.4. Reflexos benéficos do pacto marciano para o credor e para o devedor.....	119
4.3.5. O pacto marciano e a política legislativa brasileira de valorização da autonomia privada .....	122
4.3.6. A preservação do veto ao pacto comissório no direito brasileiro ...	123
4.4. Conclusões parciais .....	123

<b>Capítulo 5 - O PACTO MARCIANO E A AUTOTUTELA EXECUTIVA NO DIREITO BRASILEIRO: PERSPECTIVAS ATUAIS E FUTURAS.....</b>	<b>129</b>
5.1 Introdução.....	129
5.2. O pacto marciano e a autotutela executiva no direito brasileiro vigente ( <i>de lege lata</i> ).....	131
5.3 O pacto marciano e a autotutela executiva no direito brasileiro em perspectiva futura ( <i>de lege ferenda</i> ).....	137
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>149</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>155</b>